



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE MATO GROSSO DO SUL
R. Desembargador Leão Neto do Carmo, 23 - Bairro Parque dos Poderes - CEP 79037-100 - Campo Grande - MS

TERMO DE REFERÊNCIA

ANEXO I

CAPÍTULO I. DO OBJETO

1. O presente Termo de Referência tem por objeto determinar as condições que disciplinarão a contratação de empresa especializada para prestação de serviços contínuos de suporte e de manutenções preventiva (periódica) e corretiva dos equipamentos que compõem a solução do Datacenter Container do TRE-MS (ar-condicionado, nobreaks, geradores, racks etc), em regime de 24h por dia, 7 dias por semana e 365 dias por ano, com fornecimento de peças para reposição e quaisquer outros insumos necessários.
2. A contratação do serviço objeto deste Termo de Referência será realizada mediante licitação, na modalidade de PREGÃO, em sua forma eletrônica, do tipo menor preço, conforme condições do Edital e deste Termo de Referência.

CAPÍTULO II. DOS SERVIÇOS, QUANTIDADES, PREÇOS MÁXIMOS E DAS ESPECIFICAÇÕES

1. A descrição dos serviços a serem contratados, respectivas quantidades e valores máximos admitidos pelo TRE/MS estão indicados abaixo:
2. O período de vigência da contratação é de 12 (doze) meses, contados da última assinatura eletrônica, podendo ser prorrogado nos termos da Lei n. 8.666/93;

ITEM	SERVIÇO	QTDE	VALOR MÁXIMO UNITÁRIO	VALOR MÁXIMO TOTAL
01	Prestação de serviços técnicos especializados para manutenções preventiva (periódica) e corretiva, atendimento emergencial aos sistemas e subsistemas que compõem a infraestrutura de missão crítica do DATACENTER, com fornecimento de peças de reposição, bem como os materiais auxiliares necessários para a realização dos serviços, no período de 12 meses	01	R\$ 292.500,00	292.500,00
	VALOR TOTAL DO ITEM			R\$ 292.500,00
	INTERVALO MÍNIMO ENTRE LANCES SOBRE O VALOR TOTAL			R\$ 100,00

CARACTERÍSTICAS TÉCNICAS DOS SERVIÇOS

ITEM 1 - Prestação de serviços técnicos especializados para manutenções preventiva (periódica) e corretiva, atendimento emergencial aos sistemas e subsistemas que compõem a infraestrutura de missão crítica do DATACENTER, com fornecimento de peças de reposição, bem como os materiais auxiliares necessários para a realização dos serviços

Com o objetivo de aumentar a segurança dos dados hospedados no TRE-MS, a empresa a ser CONTRATADA para manutenção preventiva e corretiva no Datacenter Container não poderá ser a mesma que já presta serviços de manutenção preventiva e corretiva para o Rack Cofre. Pretende-se, com isso, evitar que uma mesma empresa preste serviços para os dois equipamentos, haja vista que na ocorrência de uma eventual falha e/ou paralização dos serviços daquela empresa, por qualquer motivo, causaria a parada das manutenções tanto do Datacenter Container quanto do Rack Cofre.

1. Requisitos gerais

1. O escopo do serviço de manutenção programada preventiva, monitoramento remoto e manutenção corretiva do ambiente de alta disponibilidade envolverão todos os componentes descritos abaixo:

1. ENERGIA

1. A Solução do datacenter possui uma subestação com abrigo . Frequência elétrica utilizada em toda a Solução: 60Hz (Trifásico).
2. A Solução é equipada com para-raios.
3. A Solução possui malha de aterramento em conformidade com as normas técnicas NBR 5410, NBR 5419.
4. A Solução possui 02 (dois) Quadros de energia internos (sendo 1 redundante). Fonte de alimentação 380V AC (trifásica) em redundância.
5. Os racks possuem 02 (duas) “PDUs” (Power Distribution Unit), cada uma conectada a um cabeamento elétrico distinto. Os quadros são organizados de forma a facilitar a manutenção.

6. O Nível de proteção contra surtos é Nível B com um aumento máximo de corrente de 60 kA.
7. O Nível de Proteção do gabinete: IP20.
8. A Solução possui 02 (dois) geradores de energia de 116KVA (standby) cada (sendo 1 redundante). Permite reabastecimento em funcionamento. Saída: 380V.
9. É realizada duas partidas semanais para aferição do estado do gerador. A CONTRATANTE deverá receber aviso através do Sistema de Monitoração do Ambiente e “Dashboard” da Solução, quando ocorrerem partidas do gerador (avisos de sucesso ou falha).
10. A Solução possui 02 (dois) nobreaks, com capacidade para suportar sozinho carga de no mínimo 30KVA (sendo 1 redundante). Deverão gerar relatório de alarmes. Há led indicativo de sobrecarga e alerta com base em limites de alarme definidos pela CONTRATANTE. Possui proteção contra sobrecarga.

2. RACKS

1. A Solução possui 08 Racks (2 Nobreaks / 1 Redes / 3 Servidores / 2 Storages) de 40Us.
2. Possui também 02 KVMs + 02 Servers Switches.

3. REFRIGERAÇÃO

1. A Solução possui sistema de Ar condicionado de precisão, específico para ambientes de alto fator de calor sensível. A temperatura interna é mantida em conformidade com a Norma NBR 11515. Utiliza gás R410 (ecológico) ou similar com características superiores. Com controle de umidade e filtragem de ar. Informações sobre o funcionamento da refrigeração, incluindo alarmes, mensagens de erro e indicadores, deverão ser enviadas para sistema de monitoramento local e remoto (Sistema de Monitoração do Ambiente).

4. ESTRUTURA FÍSICA DO DATACENTER

1. As medidas da Solução são: 6,70 metros x 18 metros (largura x comprimento). A pintura possui proteção especial para resistir às intempéries pelo período de 10 (dez) anos.
2. As paredes externas do Datacenter são feitas de aço, com tratamento de superfície com pintura e tratamentos que garantam proteção contra água, pó, ferrugem e bolor.
3. Todas as interfaces externas da solução atendem o nível IP55 da norma IEC60529, referentes às proteções contra poeira e água.
4. Possui proteção contra incêndio: Fogo externo no mínimo F60min, até 1100 graus Celsius, conforme norma NBR10636.
5. Toda a solução é estanque.
6. A Solução possui piso elevado.
7. A Solução possui proteção contra arrombamento (portas de acesso externo): WK4 (ou uso de machado ou máquinas alimentadas à bateria).
8. As portas são estanques, de modo a evitar a entrada de gases e vapores vindos do ambiente externo.
9. As portas possuem mecanismos que impedem que se mantenham abertas (mola que permite o fechamento automático), para que não haver troca de calor com o ambiente externo, e entre os corredores de ar quente e ar frio.
10. A fechadura das portas de acesso externo possuem travamento automático e o acionamento é eletromecânico para controle de acesso, mas totalmente livre para saída, com barra antipânico que permite às pessoas saírem da sala mesmo com a porta trancada, por essa razão a abertura da porta é para fora.
11. Possui proteção mínima contra arrombamento (demais superfícies externas da Solução): WK3 (ou uso de pé-de-cabra).
12. O corredor Frio possui largura de 0,9 m. O corredor Quente possui largura de 0,55 m. O corredor de ar quente, corredor de ar frio e antessala, são separados por portas internas.
13. A iluminação interna possui iluminação normal e de emergência. Em ambos os tipos de iluminação, são lâmpadas de led.
14. As lâmpadas de emergência são automaticamente ativadas em caso de falta de energia da concessionária. Estas são alimentadas por baterias recarregáveis com autonomia de no mínimo 12 horas e fornecem proteção contra sobrecarga e sobredescarga.
15. A iluminação externa conta com luminárias com sensor de presença de forma a iluminar as portas da Solução e adjacências.
16. As passagens blindadas para cabos e tubulações permitem que alterações necessárias possam ser realizadas. As caixas de passagem garantem a vedação de isolamento térmico tipo blindado, mesmo no caso de cabos com capas plásticas. O sistema de blindagens é modular, permitindo o remanejamento de cabos.

5. CFTV

1. São 7 câmeras, sendo 3 internas e 4 externas. Possui NVR para gravação das imagens. Com sensor de movimento. As imagens internas tem gravação por movimento, enquanto as imagens externas tem gravação contínua.
2. O monitoramento Dia/Noite possui LEDs infravermelhos com ativação automática.
3. As câmeras externas possuem proteção contra intempéries IP 55 e proteção contra vandalismo.

6. SENSORES / MONITORAMENTO / DETECÇÃO E COMBATE A INCÊNDIO

1. A Solução possui sensores de temperatura/umidade, de vazamentos, de abertura, fechamento de portas, presença e de fumaça/fotoelétricos.
2. A Solução possui um sistema de controle de acesso ao Datacenter através de biometria (com invólucro externo para proteção contra intempéries e portinhola do invólucro sendo fechada sem utilização de chave). Suporta dois tipos de acesso: cartão de acesso por proximidade e detecção de dedo vivo.
3. Notifica, através do Sistema de Monitoração do Ambiente, nome do usuário, data e a hora de acesso autorizado, ou para tentativa de acesso não autorizado, data e hora da tentativa do acesso.
4. A solução possui um Sistema de Monitoração do Ambiente que permite o gerenciamento local e remoto de suas condições ambientais e de todos os subsistemas que compõem a Solução, de forma a permitir que os sinistros totais possam ser monitorados.
5. Sensores e demais componentes do Sistema de Monitoração do Ambiente:
 1. 02 (dois) sensores de temperatura/umidade.
 2. 02 (dois) sensores de detecção de vazamentos.
 3. Sensores de abertura/fechamento de portas e portão do gradil.
 4. 02 (dois) detectores de fumaça fotoelétricos.
 5. Sensores de presença externos infravermelhos ativos.
 6. Sensores de presença internos cobrindo toda a área da Sala de TI e Antessala da Solução.
6. A Solução possui servidor de Gerenciamento., com equipamentos de múltiplas entradas para composição do sistema de gerenciamento.
7. A Solução possui Sistema de Monitoração do Ambiente.
8. A Solução possui KVM (Teclado, Monitor e Mouse). Console de 17 polegadas (Monitor, Teclado e Mouse em um único equipamento dobrável).
9. A Solução possui Sistema de Combate a Incêndios.
 1. Possui Painele de Controle de alarme de incêndio.
 2. Possível detecção da queda de fornecimento de energia da concessionária.
 3. Possui cilindro de gás contra incêndio.
 4. Possui alarme Sonoro e luminoso.
 5. Possui controle eletrônico de abertura e fechamento da porta principal.
 6. Possui leitora de cartões por proximidade e digital de dedo vivo.
 7. A Solução envia mensagens de e-mail para, no mínimo, 04 (quatro) destinatários distintos, traps SNMP para um servidor de gerenciamento e ainda o envio de mensagens SMS para celulares configurados.
 8. A Solução possui detecção de incêndio Via HSSD (Detecção de fumaça de alta densidade)
 9. A Solução possui Sistema de Combate a Incêndios (HFC-227ea, ECARO, FM200 ou NOVEC). O sistema de combate a incêndio distingue, monitora e controla mensagens que reportem problemas, alarme de incêndio, atraso de liberação de gás e lançamento de gás, permitindo a programação do tempo de atraso do primeiro e do segundo alarme de incêndio. O sistema de combate a incêndio possui os seguintes controles:
 1. Botão de emergência “start/stop” que permite que seja feito o “start” ou “stop” do gás de extinção de incêndio em situações de emergência.
 2. Conecta a uma chave manual para configurar o status operacional do sistema.
 3. Possui um indicador de saída de gás.
 4. Possui dois sinais sonoros e luminosos de alarme, um interno ao Datacenter e outro externo. O som pode ser interrompido por um botão externo, no painel ou através do botão de “start/stop” de alarme.
10. CABEAMENTO DE REDES
 1. Cabeamento metálico interno do Datacenter:
 1. Para cada rack de TI ou Nobreak, há 24 pontos devidamente acomodados em patchpanels.
 2. Para o rack de switch: Concentrou todos os pontos dos demais racks (distribuídos em patchpanels de 48 portas).
 3. O cabeamento metálico, patchpanel e demais elementos são compatíveis com categoria 6.
 4. Todo o cabeamento foi certificado.

11. EQUIPAMENTOS

1. Manutenção preventiva e corretiva nos equipamentos abaixo que encontram-se fora de garantia:

- 2 Switches FC CISCO MDS9148S - 48 portas 16Gb;
 - 1 Switch KVM FY452 Poweredge 2161DS-2;
 - 1 Storage DELL EMC 450F 40TB líquidos (All Flash) - 1 disco danificado e 14 disco estão em fim de vida (**end of its service life**);
 - 1 Servidor SUPERMICRO 2028R-C1R;
 - 1 Tape Library - Storage Works MSL 4048-2 LTO05, 48 cartuchos; e
 - 1 Servidor DELL PowerEdge R710.
2. Haverá a necessidade de manutenção corretiva inicial porque possuímos equipamentos que já estão com algum item com defeito.
12. A Solução possui também barreira de contenção de veículos com gradil com portão, com controle de acesso por meio de cartão de acesso por proximidade. O controle de acesso é integrado ao mesmo banco de dados utilizado na entrada biométrica da Solução.
13. A Solução possui reservatório para coleta de óleo para grupo gerador.
2. Prestação de serviços contínuos de suporte e de manutenção preventiva e corretiva, em regime 24h por dia, 7 dias por semana e 365 dias por ano, com fornecimento de peças e quaisquer outros insumos necessários, para os itens abaixo:
1. **Datacenter Modular Seguro Outdoor:** Equipamento tipo *datacenter* modular corta fogo 60 minutos (marca TIER4), devendo contemplar o *datacenter* modular, o piso elevado e a limpeza;
 2. **Energia:** Deve contemplar os Painéis de Baixa, a UPS/Uninterruptible Power Supply, baterias e Grupos Moto Gerador (GMG);
 3. **Climatização (Precisão):** 03 Evaporadoras e 03 Condensadoras;
 4. **Deteção e Combate a Incêndio:** Sistemas de Deteção Precoce e de Combate Automático;
 5. **Monitoramento e Segurança:** Sistema de controle e monitoramento (supervisório) e CFTV;
 6. **Treinamento, Auditoria Física, *Dynamic As Built*** e demais entregas conforme especificações (Anexo F).
 7. **Hardware:** Switches, Storage, Servidores
8. Entende-se por:
1. **PEÇAS ORIGINAIS** - aquelas projetadas pelo próprio fabricante do equipamento, com composição idêntica àquelas instaladas no equipamento ao sair da fábrica. Apresentam a mesma durabilidade, confiabilidade e garantia do fabricante. Serão exigidas peças originais para os subsistemas de energia, climatização e detecção e combate a incêndio, excetuando-se os itens de consumo tais como baterias, lâmpadas e gás extintor, dentre outros;
 2. **PEÇAS EQUIVALENTES** - as de propriedades técnicas idênticas à utilizada na fabricação do *datacenter* modular, mantendo a perfeita compatibilidade física e funcional, produzindo os mesmos efeitos, sem quaisquer imperfeições, tais como elementos estruturais, de vedação, químicos, painéis, luminárias, dentre outros.

3. EXECUÇÃO DO SERVIÇO

1. Os serviços corretivos serão executados por demanda, conforme solicitação do CONTRATANTE, respeitando os prazos estabelecido no Anexo I.A, deste Termo de Referência;
2. Os serviços preventivos deverão ser executados de acordo com calendário pré-estabelecido entre CONTRATADA e CONTRATANTE;
 1. As não conformidades encontradas nos serviços preventivos deverão ser sanadas de acordo com os prazos estipulados no Anexo I.A deste Termo de Referência;
3. A CONTRATADA deverá entregar e instalar peças e acessórios novos, originais e de primeiro uso, necessários ao perfeito funcionamento dos sistemas e subsistemas de acordo com este Termo de Referência;
 1. A CONTRATADA deverá prestar o atendimento técnico remoto e on-site, a fim de garantir a continuidade da manutenção, correções de firmwares (desde que o fabricante disponibilize em seu portal e seja de domínio público) e substituições de peças e componentes, possibilitando mantê-los em boas condições de uso e funcionamento.
4. A CONTRATADA deverá entregar relatório mensal descrevendo as condições do ambiente, as manutenções realizadas, a descrição dos chamados abertos e agendados;
5. A CONTRATADA deverá prover, ao CONTRATANTE, treinamento para uma equipe de até cinco pessoas, a qual é responsável pela operação do *datacenter* modular;
6. O início da execução do serviço se dará a partir do recebimento da Ordem de Serviço (OS) emitida pelo Fiscal do Contrato.

7. MANUTENÇÃO PREVENTIVA

1. Manutenção preventiva é uma ação planejada e sistemática de tarefas de prevenção, controle e monitoramento, com o objetivo de reduzir ou impedir falhas no desempenho de equipamentos, conforme especificado em seu projeto, manuais e normas técnicas específicas.
2. Após a realização dessa manutenção, a CONTRATADA deverá entregar o relatório dos serviços realizados contendo identificação do técnico responsável pelo atendimento, horário de início e término do atendimento e descrição da intervenção

realizada.

3. As não-conformidades encontradas nesta manutenção deverão ser sanadas nos prazos estipulados no Anexo I.A neste Termo de Referência.
4. A CONTRATADA deverá realizar manutenção preventiva, conforme tabela do anexo I.B, no que couber, para cada item do objeto em contratação.

8. MANUTENÇÃO CORRETIVA

1. Trata-se de manutenção não periódica, causada por falhas e erros, e da correção dos danos atuais e iminentes não contemplados pela manutenção preventiva.
2. A manutenção corretiva destina-se a recolocar o ambiente seguro, equipamentos do *datacenter* modular e de TIC em perfeito estado de funcionamento após a ocorrência de indícios. Compreende, inclusive, a substituição de peças, ajustes e reparos, de acordo com as normas técnicas específicas para os equipamentos, seguindo as recomendações dos fabricantes.
3. Os serviços de manutenção corretiva deverão ser realizados mediante abertura de chamados pelo CONTRATANTE.
4. O serviço de manutenção corretiva poderá ocorrer a qualquer tempo, 24 horas por dia, 7 dias por semana.
5. Os chamados deverão ser executados nos prazos estipulados no Anexo I.A deste Termo de Referência.
6. Esta manutenção poderá ser agendada para atender a conveniência do CONTRATANTE.
7. A CONTRATADA prestará os serviços de manutenção dos ambientes seguros independente dos acessórios ou outros equipamentos que estejam a estes conectados.
8. Caso sejam identificadas quaisquer anormalidades, estas devem ser imediatamente informadas ao CONTRATANTE.
 1. Após a realização desta manutenção, a CONTRATADA deverá emitir e entregar relatórios ao CONTRATANTE contendo as anomalias encontradas, ações realizadas, componentes substituídos e resultados dos testes de funcionalidade.
9. A CONTRATADA é obrigada a substituir os componentes e peças em parte ou no todo por peças e componentes novos de primeiro uso e de qualidade e especificação iguais ou superiores às existentes atualmente.
10. Caso sejam verificadas anormalidades na pintura dos ambientes seguros, a CONTRATADA é obrigada a restabelecer as características originais da parte afetada ou da totalidade, mantendo a uniformidade do ambiente em que se prestará a manutenção.
11. Quando houver necessidade da retirada de peças ou equipamentos do ambiente para manutenção, a CONTRATADA obriga-se a substituí-los de imediato por equipamentos ou componentes equivalentes de mesma configuração ou superior, enquanto perdurar o conserto, assegurando a continuidade de funcionamento do ambiente em sua plenitude.
12. Os itens ativos abrangidos por esta manutenção estão descritos nos Anexos deste Termo de Referência.
13. A abertura de chamados para manutenção corretiva, deverá ser realizado de forma automática por Central própria da CONTRATADA, que deverá monitorar em tempo real 24x7x365, as informações disponibilizadas pelo sistema de monitoramento do ambiente. Os chamados corretivos também poderão ser efetuados pela equipe técnica responsável pela operacionalização do *datacenter* modular ou pela fiscalização, tanto diretamente pela WEB, aplicativo de mensagem instantânea ou por telefone para a Central da CONTRATADA.
 1. A equipe responsável pela operacionalização compreende os servidores do CONTRATANTE.
14. Se julgar necessária, a fiscalização poderá solicitar à CONTRATADA a apresentação de informação, por escrito, da origem dos materiais ou peças empregados no serviço.

9. CHAMADO DE SUPORTE

1. Suporte é a intervenção feita pela CONTRATADA para solução de uma demanda específica no *datacenter* modular.
2. Após a realização deste atendimento, a CONTRATADA deverá entregar o relatório dos serviços realizados contendo identificação do técnico responsável, horário de início e término do atendimento e descrição da intervenção realizada.
3. Os chamados de suporte englobam os itens abaixo:

Atendimento aos chamados cujos alarmes estejam sendo detectados pela equipe responsável pela monitoração do *datacenter* modular – Grau 5 do Anexo I.B deste Termo de Referência.

1. Abertura de blindagens conforme solicitação – Grau 2 do Anexo I.B deste Termo de Referência.
2. Fornecer *as built* do Data Center Modular conforme solicitação – Grau 1 do Anexo I.B deste Termo de Referência.
3. Remanejamento de placa do piso elevado conforme solicitação – Grau 2 do Anexo I.B deste Termo de Referência.
4. Realizar estudo, quando solicitado, para viabilizar a instalação de novos ativos de TI, verificando sua potência para que, desta forma, não sejam ultrapassados os limites de climatização do ambiente e de capacidade dos circuitos elétricos – Grau 2 do Anexo I.B deste Termo de Referência.
5. Instalação de novos circuitos elétricos para atender a alimentação de novas instalações de ativos de TI alocados no *datacenter* modular – Grau 2 do Anexo I.B deste Termo de Referência.
6. Disponibilizar equipe técnica na Sede do CONTRATANTE para pronto atendimento presencial em eventos, tais como pleitos eleitorais (véspera das 8 às 20 horas e o dia do pleito a partir das 5 horas até o fim da totalização de votos) e

desligamentos e reenergização do *datacenter* modular (previamente agendados pelo Contratante), durante todo o período do evento – Grau 2 do Anexo I.B deste Termo de Referência.

7. Realizar treinamento para a equipe técnica do Contratante – Grau 1 do Anexo I.B deste Termo de Referência

4. O prazo para atendimento dos chamados é o definido no Anexo I.B deste Termo de Referência, conforme o grau estabelecido para cada atendimento, sendo que o não cumprimento no prazo estipulado poderá ensejar a aplicação das penalidades previstas no Capítulo VIII deste Termo de Referência.
5. Para todo chamado, a CONTRATADA deverá informar: número de protocolo, horário de abertura, identificação do atendente e grau de severidade atribuído pelo CONTRATANTE.

10. MONITORAMENTO EM TEMPO REAL

1. A CONTRATADA deverá ser responsável pelo monitoramento remoto do *site* integrado ao sistema de gestão de manutenção, onde o atendimento deverá ser monitorado através de uma Central Integrada de Monitoramento e Acionamento de Sistemas de Suporte Técnico.
2. A rede criada para o monitoramento remoto deverá ser independente não possuindo vínculo com a rede local não causando quaisquer problemas com relação a segurança de rede. O TRE-MS disponibilizará uma máquina virtual onde será instalado um proxy, criando assim a sua porta de saída de informações para a Central de Monitoramento.
3. A Central de Monitoramento deverá receber as informações através dos links, onde deverá possuir um sistema totalmente redundante, garantindo assim o monitoramento simultâneo dos sistemas remoto.
4. O monitoramento deverá ser via sistema e qualquer problema neste equipamento, uma equipe deverá ser deslocada para a troca do mesmo e reconstituir a comunicação.
5. Na Central de Monitoramento, deverá existir um sistema de monitoramento através de imagens e acionamentos, onde uma equipe dedicada deverá monitorar 24x7 os sistemas de alarme e desvios de funcionamento do *datacenter* através de geoprocessamento, onde os mapas deverão ser visualizados, assim como seus alarmes.
6. Na equipe de monitoramento deverá possuir sempre, no mínimo, dois operadores 24x7 mais supervisão para a realização de monitoramento, acionamento e comunicação de qualquer anomalia do *site* monitorado.
7. Deverá ser realizado o monitoramento do sistema crítico de segurança do *site*, conforme informações disponibilizadas pelo sistema de Monitoramento existente.
8. Deverá possibilitar o reconhecimento prévio da ocorrência antes da chegada da equipe de suporte técnico, realizando o acionamento proativo e imediato das equipes volantes.
9. Deverá ser realizado um plano de comunicação e acionamento pré-definido com a CONTRATANTE.
10. É facultado à CONTRATADA utilizar o sistema de monitoramento existente atualmente no TRE-MS (DCIM Elite).
11. Será exigida POC (Prova de Conceito) para os sistema de monitoramento, independente se a CONTRATADA optar por utilizar o existente no TRE-MS.

11. PLATAFORMA DE GESTÃO

1. A CONTRATADA deverá disponibilizar uma plataforma de gestão integrada, que será uma ferramenta robusta para prover gerenciamento da infraestrutura de TI, abertura de chamados, gestão de ativos, acompanhamento em tempo real dos chamados em aberto/andamento e histórico dos chamados fechados através do acesso ao banco de dados, devendo possibilitar emissão de relatórios diversos, indicando a performance de atendimento ao SLA estipulado em contrato, quantidade de chamados corretivos mensais, comparativo de quantidade de corretivas mensais, emissão de relatórios, com interface WEB.
2. A plataforma de gestão deverá possibilitar à CONTRATANTE em tempo real, no mínimo, as seguintes atividades:
 1. Ordens de Serviço:
 1. Abertura de chamados para as modalidades corretivas e evolutivas, com a devida classificação por prioridade (baixa média, alta, crítica), categorizando por ativo de infraestrutura e por disciplinas;
 2. Alteração de datas pré-agendadas para manutenção preventivas e preditivas;
 3. Acompanhamento do andamento da resolução da ordem de serviço aberta;
 4. Fechamento on-line da Ordem de Serviço após o término do atendimento e aprovação da CONTRATANTE;
 5. Avaliação do atendimento técnico pelo CONTRATANTE;
 6. Consulta em tempo real do cumprimento do SLA contratual.
 2. Gestão dos Ativos:
 1. Cadastro completo dos ativos de infraestrutura do ambiente crítico e dos demais ambientes contemplados no contrato;
 2. Indicação e controle do vencimento de garantia, quando aplicável;
 3. Possibilitar emissão de relatório por equipamento cadastrado, demonstrando as preventivas e corretivas realizadas;
 3. Base de dados e documentos

1. Solução de Informação do Gerenciamento da Disponibilidade, conforme boas práticas da ITIL, ou seja, repositório virtual contendo todos os dados dos equipamentos contemplados em contrato, permitindo a CONTRATANTE possuir um banco de dados específico para auditorias, como:

- Manuais
- Desenhos técnicos
- Relatórios
- Atas de Reunião
- Histórico de OS
- Tutorias
- Procedimentos de emergência

4. Relatório

1. Apresentação de Dashboard em tempo real;
2. Indicadores personalizados de desempenho;
3. Emissão de relatórios em tempo real com no mínimo as seguintes configurações:
 - Quantidade de Ordem de Serviço;
 - Modalidade (preventiva, corretiva, preditiva e evolutiva);
 - SLAs;
 - Disciplina;
 - Severidade;
 - Por período;
 - Por planta;
 - Origem do chamado (abertura remota, e-mail, telefone, aplicativo de mensagem instantânea);

4. GARANTIA

1. A CONTRATADA garantirá os serviços enquanto forem realizadas as manutenções, obrigando-se a executar quantas manutenções forem necessárias para manter o *datacenter* modular em perfeitas condições de funcionamento e operação.
2. Fica estabelecido que, caso os serviços executados apresentem qualquer defeito durante o período de garantia, a CONTRATADA obriga-se a promover o respectivo reparo.
3. A garantia relativa aos serviços efetivamente realizados (incluindo-se as peças fornecidas) estender-se-á pelo prazo mínimo de 12 (doze) meses a partir da realização do serviço, com exceção dos itens listados no Capítulo X, item 26.1.
 1. O prazo para a substituição ou realização do conserto dos materiais que apresentarem defeito dentro do prazo de garantia observará o disposto no Anexo I.B deste Termo de Referência.
 2. O custo e a responsabilidade pelo recolhimento e a entrega do produto que apresentar defeito durante o prazo de garantia será da CONTRATADA.
3. **A contratada prestará garantia de 5% do valor contratado, no momento da assinatura do contrato, visando garantir a prestação integral dos serviços, conforme minuta constante no anexo II.**

5. RELATÓRIO MENSAL DE ATIVIDADES

1. Mensalmente, a CONTRATADA deverá elaborar e entregar até o 5º (quinto) dia útil do mês subsequente à realização dos serviços à Fiscalização do Contrato, um relatório de atividades para cada item do objeto deste Termo de Referência, com a discriminação dos serviços realizados.
2. O relatório de atividades deverá ser emitido pelo representante técnico ou preposto da CONTRATADA contendo, no mínimo:
 1. Identificação do Relatório de Atividades.
 2. Data da Emissão.
 3. Número do Contrato.
 4. Vigência do Contrato.
 5. Manutenção preventiva:
 1. Número de atendimentos preventivos, realizados no mês de referência.
 2. Descrição das atividades relacionadas a cada atendimento de manutenção preventiva, detalhando quais as peças foram trocadas para controle do prazo de garantia.

6. Manutenção corretiva:

1. Número de chamados abertos no período.
2. Número de chamados concluídos no período.
3. Descrição dos incidentes relacionados a cada chamado e a correspondente descrição detalhada da solução aplicada, incluindo as peças trocadas, para controle do prazo de garantia

7. Serviços executados de suporte:

1. Número e tipo de chamados de suporte.
2. Número e tipo de chamados de suporte concluídos no período.
3. Descrição dos serviços executados de suporte no período

CAPÍTULO III – DA QUALIFICAÇÃO E DA ANÁLISE TÉCNICA**a) DA ACEITAÇÃO DA PROPOSTA - PROVA DE CONCEITO:**

1. Para fins de análise e aceitação da proposta, **será exigido da empresa classificada em primeiro lugar**, a apresentação de PROVA DE CONCEITO (teste/demonstração da capacidade técnica), no prazo de 03 (três) dias úteis, a contar da solicitação do pregoeiro.

1.1. Mencionada demonstração deve comprovar que a empresa atende aos requisitos básicos necessários ao desempenho das atividades constantes neste Termo de Referência relativo à **Plataforma de Gestão**, conforme orientações abaixo:

2. A prova de conceito deverá ser realizada por um único colaborador da empresa melhor classificada;
3. Apresentar a completa disponibilidade da ferramenta com os entregáveis exigido;
4. A prova de conceito será gravada, podendo ser disponibilizada a qualquer interessado.

5. Roteiro de demonstração:

- 5.1. Acesso à Plataforma de Gestão;
- 5.2. Abertura de Ordem de Serviços pela Plataforma;
- 5.3. Simulação de um ciclo completo de Ordem de Serviço (andamento/finalizada);
- 5.4. Avaliação das funcionalidades do Módulo Gestão de Ativos;
- 5.5. Avaliação das funcionalidades do Módulo Base de Dados e Documentos;
- 5.6. Emissão de relatórios exigidos neste Termo de Referência;
- 5.7. Tempo para execução: 1 dia
- 5.8. Avaliação

6. A demonstração da Prova de Conceito será avaliada pela Unidade Requisitante, seguindo o roteiro acima, momento em que se elaborará relatório da análise, decidindo pela aceitação ou não da solução da empresa para o respectivo item.

6.1 Um ou mais subitens do item 5 não atendidos pela avaliação, implicam na imediata desqualificação da licitante.

6.2 Aprovada na Prova de Conceito e comprovado o atendimento das demais especificações editalícias, a licitante terá o objeto ACEITO.

6.3 Reprovada na demonstração de Capacidade Técnica a licitante terá seu objeto recusado e o pregoeiro examinará as ofertas subsequentes, na ordem de classificação, verificando sua aceitabilidade e procedendo a Prova de Conceito, até a apuração de uma proposta que atenda a todas as exigências do Edital.

7. Sendo aprovada a Prova de Conceito, será ACEITA a proposta da empresa. Caso seja reprovada na Prova de Conceito, a proposta será RECUSADA, ocasião em que passará a ser analisada proposta da próxima licitante, respeitada a ordem de classificação.

8. Os RELATÓRIOS DE ANÁLISE TÉCNICA emitidos pela Unidade Técnica serão divulgados no sítio do Tribunal na página: www.tre-ms.jus.br. Também será exigido, **dentro do prazo de 3 dias úteis mencionado no item 1 (plataforma de gestão)** apresentação da PROVA DE CONCEITO (teste/demonstração da capacidade técnica), do licitante primeiro colocado, comprovando que atende aos requisitos básicos necessários ao desempenho das atividades constantes neste Termo de Referência relativo ao **Sistema de Monitoramento em Tempo Real**.

12. A empresa que não comparecer no dia e hora previamente agendados para a realização da Sessão Pública da Prova de Conceito, será automaticamente reprovada pela Comissão Técnica avaliadora.

b) DA HABILITAÇÃO - DA PROPOSTA:

1. Será exigido, no momento da realização da sessão pública, a comprovação da qualificação técnica OPERACIONAL do licitante primeiro colocado.

2. A referida comprovação consistirá em:

1. Registro da empresa no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia (CREA) da região a que estiver vinculada a CONTRATANTE, que comprove atividades de **Engenharia Civil** (artigo 7º da Resolução Confea 218/73), **Engenharia Elétrica** (artigo 8º e artigo 9º da Resolução Confea 218/73) e **Engenharia Mecânica** (artigo 12º da Resolução Confea 218/73).
 1. A exigência de Engenheiro Civil tem respaldo na necessidade de execução de análise estrutural da base de concreto/fundações durante a vigência do contrato que suporta a solução *Datacenter* Modular.
 2. A exigência de Engenheiro Elétrico faz-se necessária em função das atividades a serem realizadas tais como: avaliação de geradores, cabine de força, quadros elétricos, nobreaks etc.
 3. A exigência de Engenheiro Mecânico faz-se necessária em função das atividades a serem realizadas tais como: funcionamento de todos os equipamentos que compõem a solução do datacenter modular tais como: ar-condicionado de precisão, racks, geradores, nobreaks etc.
2. Certidão de Acervo Técnico (CAT) emitida pelo CREA ou ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA OPERACIONAL (um ou mais), expedido por pessoa jurídica de direito público ou privado, que comprove que a EMPRESA LICITANTE já executou serviço compatível com cada um dos serviços listados no item 01 deste Termo de Referência, contemplando os seguintes aspectos:
 1. Manutenção de ambientes do tipo *datacenter* modular ou sala cofre, consistindo de elementos modulares (paredes, piso e teto) e porta, todos resistentes a fogo.
 2. Manutenção de ambientes do tipo *datacenter* modular ou sala cofre, capacidade de abertura e fechamento de blindagens para vedação, aberturas de passagens de cabos e tubulações.
 3. Serviços eletro/eletrônicos em ambientes do tipo data center modular ou sala cofre.
 4. Manutenção de climatização para ambientes do tipo *datacenter* modular ou sala cofre utilizando equipamentos de climatização de precisão.
 5. Manutenção de sistemas de supervisão, detecção e combate a incêndio equivalente em porte e funcionalidades ao instalado no ambiente do *datacenter* modular do Contratante.
 6. Manutenção de sistemas de supervisão e controle de ambiente equivalentes aos instalados no *datacenter* modular do Contratante.
 7. Controle de acesso com CFTV equivalentes em porte e funcionalidades ao instalado no ambiente do *datacenter* modular do Contratante.
 8. Manutenção de piso elevado em aço com alta carga concentrada equivalente em porte e funcionalidades ao instalado no ambiente do *datacenter* modular do Contratante.
9. Teste de estanqueidade conforme NFPA 2001 ou ASTM E 779.
 - Observação: O teste de estanqueidade conforme a Norma NFPA2001, tem por objetivo comprovar que o *datacenter* modular apresenta as condições de selagem adequadas a fim de comprovar se o tempo mínimo de retenção do agente limpo (FM-200) em caso de disparo, está atendendo a recomendação da norma. O teste deverá ser realizado com equipamento próprio indicado pela NFPA 2001, contemplando Teste de Pressurização e Despressurização com ventiladores.
10. Sistema de monitoramento em tempo real 24x7 com central de atendimento dedicada e abertura de chamado automática.
11. Execução de CFD (Computer Fluid Dynamics)
12. Manutenção em Hardware sustentação com atendimento in loco, em no mínimo 7 equipamentos (servidor, storage ou switch)
3. Caso persistam dúvidas acerca da veracidade da(s) declaração(ões), poderá(ão) ser exigida(s), pelo Pregoeiro, cópia(s) do(s) contrato(s), dentre outros documentos, para fins de comprovação da alegada prestação dos serviços, caso a(s) declaração(ões) não tenha(m) sido emitida(s) pelo próprio TRE-MS.
4. Somente serão aceitos atestados e/ou declarações de capacidade técnica expedidos após a conclusão do respectivo contrato ou decorrido no mínimo um ano do início de sua execução, exceto se houver sido firmado para ser executado em prazo inferior.
5. Declaração de que a licitante dispõe de pessoal técnico capacitado para a execução de atividades no ramo de serviço de manutenção preventiva e corretiva em datacenter modular ou sala cofre. A comprovação de experiência profissional mínima de 5 (cinco) anos de atuação dos profissionais de engenharia será realizada no momento da lavratura do contrato.
6. CERTIDÃO NEGATIVA DE FEITOS SOBRE FALÊNCIA, RECUPERAÇÃO JUDICIAL E RECUPERAÇÃO EXTRAJUDICIAL, expedida pelo Distribuidor da sede da Pessoa Jurídica;
 - 8.1. A apresentação de certidão positiva de feitos sobre recuperação judicial e extrajudicial não ensejará a imediata inabilitação do licitante. A empresa que se encontrar em recuperação judicial/extrajudicial deverá apresentar, juntamente com a certidão positiva, a comprovação de que seu plano de recuperação foi aprovado e homologado judicialmente, com a recuperação já deferida.
 - 8.2. A certidão em que não constar prazo de validade, será atribuída validade de 90 (noventa) dias, contados da data de emissão;

c) DA ASSINATURA DO CONTRATO:

1. Comprovação de possuir em seu quadro funcional, profissionais de nível superior, devidamente registrados junto ao CREA que estabeleça atribuições para execução de atividades no ramo de serviço de manutenção preventiva e corretiva em datacenter modular ou sala cofre, detentor de acervo técnico mínimo exigido para esta contratação.

1.1. A comprovação da vinculação do profissional detentor do acervo técnico (ART) poderá ser, dentre outros meios, da seguinte forma:

- 1.1.1. Se empregado: cópia da ficha ou livro de registro de empregado registrada na DRT ou cópia da Carteira de Trabalho e Previdência Social;
- 1.1.2. Se sócio: Contrato Social, com todas as alterações, devidamente registradas no órgão competente;
- 1.1.3. Se diretor: cópia do Contrato Social, em se tratando de empresa individual ou limitada; ou ainda, cópia da ata de eleição devidamente publicada na imprensa, em se tratando de sociedade anônima;
- 1.1.4. através do Contrato de Prestação de Serviço;
- 1.1.5. através de Certidão de Registro da licitante no CREA (desde que nesta Certidão conste o nome do profissional);
- 1.1.6. através de declaração da contratação futura do profissional (desde que acompanhada da declaração de anuência do profissional).

2. Os profissionais indicados pela licitante para elaboração dos serviços deverão comprovar suas qualificações técnicas mediante a apresentação da documentação abaixo:

- 2.1. Certidão de Registro de Pessoa Física junto ao CREA dos profissionais;
- 2.2. Comprovação de atuação de pelo menos 05 (cinco) anos de experiência profissional comprovada, na execução dos serviços relacionados no Termo de Referência, por cada profissional.

CAPÍTULO IV – DO LOCAL E PRAZOS PARA INÍCIO DA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

1. Os serviços serão prestados no prédio-sede do TRE/MS, sito na Rua Desembargador Leão Neto do Carmo, n.º 23, Parque dos Poderes, Campo Grande-MS.
 1. A empresa, através do plano de manutenção, deverá agendar previamente o dia e o horário para as manutenções preventivas, no horário das 12:00h às 18:00h (preferencialmente), de segunda à sexta-feira, através do telefone (67) 2107- 7123 com Clodoaldo Fonseca ou Ulysses Neto.
 2. O PRAZO MÁXIMO para início da prestação dos serviços é de 15 (quinze) dias, contados do dia útil subsequente à mensagem eletrônica responsável pelo encaminhamento da nota de empenho e/ou da Requisição de fornecimento.
 - 2.1. Caso a Nota de Empenho e/ou Requisição de fornecimento seja encaminhado através de serviço postal, fax ou outro meio disponível, a contagem do prazo se dará através da comprovação do efetivo recebimento do instrumento por parte do licitante.
 - 2.2. **Fica a licitante vencedora obrigada a enviar aviso de recebimento das mensagens eletrônicas que lhes são enviadas. Caso não o faça, considerar-se-á ciente do seu conteúdo, no 1º dia útil seguinte ao seu envio.**

CAPÍTULO V - DA FISCALIZAÇÃO

1. A fiscalização, o acompanhamento e a orientação relativos aos serviços contratados ficarão a cargo da Equipe de Apoio à contratação, indicada nos estudos preliminares desta contratação, designada para esse fim.
2. O contato entre o Tribunal e a empresa contratada será mantido, prioritariamente, por intermédio da Fiscalização.
3. Caberão à fiscalização as seguintes funções:
 1. Acompanhar e fiscalizar a prestação dos serviços;
 2. Verificar a conformidade do fornecimento e atestar o recebimento definitivo;
 3. Manter registro das ocorrências relacionadas ao fornecimento, para fins de acompanhamento do desempenho da contratada;
 4. Comunicar à contratada as falhas detectadas, através de comunicação eletrônica;
 5. Comunicar à Administração o cometimento de falhas pela contratada, que impliquem comprometimento no fornecimento e/ou aplicação de penalidades previstas;
 6. Conferir e atestar a Nota Fiscal/Fatura emitida pela empresa contratada, encaminhando-a para pagamento;
 7. Outras atribuições pertinentes à contratação ou que lhe forem conferidas pela Administração.

CAPÍTULO VI. DA NOTA FISCAL/FATURA E DOS DOCUMENTOS QUE DEVEM ACOMPANHÁ-LA

1. A Nota Fiscal/Fatura deverá ser emitida, preferencialmente, em meio eletrônico e conter a indicação dos serviços, conforme a discriminação da Nota de Empenho, quantidade, e os preços unitário e total.
2. Para fins de atendimento da IN/RBF 1.234, de 11/01/2012 (alterada pela IN/RBF nº 1.244/2012), a empresa deverá informar no documento fiscal os valores detalhados das contribuições federais a serem retidos na operação, exceto se a empresa for OPTANTE PELO SIMPLES.

CAPÍTULO VII. DO PAGAMENTO

1. O pagamento será efetuado, mediante depósito em conta-corrente registrada em nome da pessoa jurídica vencedora do certame licitatório, no prazo de 7 (sete) dias úteis após o recebimento definitivo pela fiscalização e/ou do recebimento do documento fiscal.
2. O procedimento de pagamento da Nota Fiscal só se efetivará após o Recebimento Definitivo e mediante a comprovação da existência de conta bancária válida e ativa em nome da empresa, além da regularidade fiscal (INSS/FGTS) e trabalhista.
3. Será retida na fonte, caso a empresa não seja OPTANTE PELO SIMPLES, sobre o valor da Nota Fiscal/Fatura, a alíquota dos seguintes impostos:

1. Imposto de Renda, Contribuição Social Sobre Lucro Líquido-CSLL, Cofins e Pis/Pasep, nos termos da Lei 9.430/96, salvo opção da empresa pelo SIMPLES – Sistema Integrado de Pagamento de Impostos e Contribuições das Microempresas e empresas de Pequeno Porte, hipótese em que o fornecedor deverá comprovar a Opção;
2. Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza – ISSQN, se este for devido.
4. Em caso de atraso no pagamento por parte do Tribunal, os valores a serem pagos serão atualizados, desde a data final do período de adimplemento de cada parcela até a data do efetivo pagamento, mediante a aplicação da seguinte fórmula: $EM = I \times N \times VP$, onde: EM = Encargos Moratórios; N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento; VP = Valor da parcela em atraso; I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado: $i = \text{taxa percentual anual do valor de } 6\%, I = i / 365 \rightarrow I = (6/100) / 365$.

CAPÍTULO VIII. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

1. As sanções administrativas relativas ao objeto desta contratação estão previstas na minuta do contrato - Anexo II.

CAPÍTULO IX. DOS DIREITOS E DEVERES DO TRE/MS

1. Requisitar a prestação dos serviços objeto desta contratação, na forma prevista neste Termo de Referência e nas demais normas aplicáveis.
2. Exigir da contratada o fiel cumprimento das obrigações decorrentes desta contratação.
3. Verificar a manutenção pela contratada das condições de habilitação estabelecidas na licitação.
4. Aplicar penalidades à contratada, por descumprimento contratual.
5. Efetuar o pagamento à contratada, de acordo com as condições de preço e prazo estabelecidos neste Termo de Referência.
6. Proporcionar todas as condições necessárias para que a CONTRATADA possa desempenhar seus serviços dentro das normas do contrato.
7. Prestar as informações e esclarecimentos necessários e suficientes para a execução do contrato, solicitadas pela CONTRATADA.
8. Assegurar aos técnicos da CONTRATADA acesso ao local onde serão prestados os serviços, desde que devidamente identificados.
9. Comunicar à CONTRATADA, a partir da sua identificação, qualquer defeito ou deficiência que seja constatado no *datacenter* modular.
10. Acompanhar, fiscalizar e atestar a execução contratual, bem como indicar as ocorrências verificadas.

CAPÍTULO X. DAS OBRIGAÇÕES DA(S) CONTRATADA(S)

1. São obrigações gerais a serem observadas por todas as empresas contratadas:
 1. Prestar ao TRE/MS os serviços objeto desta contratação, conforme estabelecido neste Termo de Referência, no Edital de Licitação e nos demais anexos, obedecendo à regulamentação aplicável.
 2. Fornecer Serviço de Atendimento ao Cliente (SAC), 24 horas por dia, sete dias por semana, durante toda a vigência da contratação, por meio de chamada telefônica, sem nenhum ônus ao TRE/MS, a fim de que seja possível registrar reclamações sobre o funcionamento do serviço contratado, obter suporte técnico e esclarecimentos.
 3. Assumir inteira responsabilidade técnica e administrativa sobre o objeto contratado, não podendo transferir a outras empresas a responsabilidade por problemas de funcionamento do serviço. A FISCALIZAÇÃO não aceitará a transferência de qualquer responsabilidade das Contratadas para terceiros, exceto no caso de transferência de Contratos de Concessão ou de Permissão, ou de Termo de Autorização.
 4. Responsabilizar-se pelas infrações à regulamentação aplicável ao objeto da contratação, que consistirão em infrações contratuais quando comprometerem os serviços prestados ao TRE/MS.
 5. Manter, durante todo o prazo de execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na fase de habilitação da licitação.
 6. Aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões nos serviços, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato, que se fizerem necessários, nos termos do § 1º do artigo 65 da Lei 8.666/93.
 7. Receber os valores que lhe forem devidos pelo pela prestação dos serviços, na forma disposta neste Termo de Referência.
 8. Abster-se de praticar atos ilícitos, em especial os descritos no art. 5º da Lei Federal nº 12.846, de 2013, bem como observar os princípios da legalidade, moralidade, probidade, lealdade, confidencialidade, transparência, eficiência e respeito aos valores preconizados no Código de Conduta Ética do TRE/MS (Resolução 690/2020);
 9. Dar plena ciência do disposto na Resolução 665/2019, a qual dispõe sobre o procedimento de apuração de responsabilidade e aplicação de penalidades a pessoa física ou jurídica decorrentes de descumprimento de regras licitatórias e/ou obrigações contratuais no âmbito do TRE/MS;
 10. Dar conhecimento, aos funcionários de seus respectivos quadros que participarão da execução contratual, sobre o Código de Conduta Ética do TRE/MS para ciência e responsabilidade em sua observância.
 1. O mesmo se aplica à subcontratada (se for o caso);
 11. Proteger informações confidenciais e privilegiadas, conforme regulamento próprio.
 12. Designar, em até 5 dias úteis contados da assinatura do contrato, preposto para atuar como ponto focal na comunicação entre a CONTRATADA e a fiscalização.
 13. Manter equipe técnica habilitada para a prestação dos serviços contratados.
 14. A equipe executora dos serviços deverá estar uniformizada e devidamente identificada (crachá e documento oficial).
 15. Fornecer aos seus funcionários EPIs, conforme normas técnicas vigentes, e responsabilizar-se por seu uso obrigatório, durante todo período de execução dos serviços, bem como as ferramentas e os equipamentos necessários para a execução de todos os serviços previstos neste Termo de Referência, tais como: capacete, luvas, óculos de segurança, protetores auriculares, etc.
 16. Atualizar, sempre que necessário, a relação nominal de identificação dos profissionais que executarão os serviços técnicos.

1. A ausência de um profissional na relação nominal poderá impedi-lo de entrar nas dependências do Tribunal, com responsabilidade total da CONTRATADA na eventual inexecução de quaisquer serviços.
2. A CONTRATADA deverá enviar a identificação do profissional até o dia útil anterior à realização do serviço, caso o mesmo não esteja na relação nominal.
17. Acatar as recomendações efetuadas pela equipe de gestão e fiscalização do contrato.
18. Registrar, por meio de relatório manuscrito ou digitado, a ser entregue ao Contratante, todas as ocorrências verificadas durante as intervenções técnicas, no prazo máximo de 3 dias úteis da constatação do ocorrido, para adoção das medidas cabíveis. Nesse registro, deverá constar o horário do atendimento, o procedimento realizado e o nome do profissional que o executou.
19. Participar de reunião com a fiscalização nas dependências da Sede do CONTRATANTE em até 5 (cinco) dias úteis contados da assinatura do contrato.
20. Realizar reunião técnica com a fiscalização sempre que for solicitada.
21. Informar, no ato da assinatura do contrato, o canal de acesso para abertura de chamados e o prazo para implantação do sistema de monitoramento em tempo real.
22. Executar, com observação dos prazos e exigências, as obrigações constantes do objeto deste Termo de Referência.
23. Dispor de todas as ferramentas e equipamentos, de acordo com as normas técnicas vigentes, para os tipos de serviços a serem realizados.
24. Estabelecer, na reunião inicial, em comum acordo com o CONTRATANTE, o cronograma com as datas para as manutenções preventivas.
25. A CONTRATADA deverá prestar o serviço de forma contínua.
26. Todas as peças de reposição e materiais auxiliares, **com exceção do: 1) Fornecimento de óleo combustível para os Grupos Motor Gerador, 2) Baterias, capacitores e ventiladores do nobreak e 3) Gás do sistema de combate a incêndio (FM-200)**, serão parte do escopo do contrato, e todas as despesas inerentes aos procedimentos serão de responsabilidade da CONTRATADA.
27. Não serão pagos quaisquer valores de horas de serviços adicionais para execução de serviços de manutenção preventiva, corretiva ou suporte.
28. A Contratada providenciará, a qualquer tempo, as revisões de engenharia que forem classificadas como obrigatórias pelo fabricante do *datacenter* modular, durante toda a vigência do contrato, ou por força de normativos técnicos vinculantes.
29. Os profissionais da CONTRATADA envolvidos na manutenção corretiva ou preventiva não poderão ter qualquer vínculo empregatício com o CONTRATANTE.
30. Fazer com que seus empregados se submetam aos regulamentos de segurança e disciplina, durante o período de permanência nas dependências do TRE-MS, recomendando-se o uso de uniforme da empresa, não sendo permitido o acesso dos funcionários que estejam utilizando trajes sumários (shorts, camisetas regatas, sem camisa ou usando chinelos de dedo).
 1. A fiscalização notificará a CONTRATADA, por e-mail, acerca da necessidade de substituição de qualquer profissional vinculado à empresa cuja atuação, permanência, comportamento sejam julgados prejudiciais, inconvenientes ou insatisfatórios à disciplina do Tribunal ou ao interesse da Administração Pública.
31. Registrar, no prazo de até 5 (cinco) dias úteis, contados a partir do recebimento da Ordem de Serviço emitida pelo fiscal do Contrato, a devida Anotação de Responsabilidade Técnica (ART) pelos serviços objeto deste Termo de Referência, em nome de engenheiro(s), devidamente(s) qualificado(s) para esse fim, pertencente(s) ao seu quadro técnico.
 1. O registro e a ART deverão estar sempre atualizadas naquele Conselho.
32. Manter, durante a execução do contrato, as condições de habilitação exigidas na licitação.
33. Responsabilizar-se pelos encargos fiscais e comerciais resultantes da contratação.
 1. A inadimplência da CONTRATADA com referência aos encargos suportados não transfere a responsabilidade por seu pagamento ao CONTRATANTE, nem poderá onerar o objeto do contrato.
34. Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do objeto deste Termo de Referência.
35. Não transferir a outrem no todo ou em parte o objeto do contrato.
36. Comunicar à fiscalização do contrato, por escrito, quando verificar condições inadequadas de execução do objeto ou a iminência de fatos que possam prejudicar a sua execução e prestar os esclarecimentos que forem solicitados pelos fiscais.
37. Disponibilizar e manter atualizados os contatos de telefone, e-mail ou outro meio hábil para comunicação com o TRE-MS.
38. Manter o caráter confidencial dos dados e informações obtidos de qualquer forma ou prestadas pelo TRE-MS, não os divulgando, copiando, fornecendo ou mencionando a terceiros, bem como a quaisquer pessoas ligadas direta ou indiretamente à CONTRATADA, durante e após a vigência do contrato.
39. Realizar treinamento para até 5 (cinco) servidores da equipe técnica do CONTRATANTE, conforme estabelecido no Anexo I.C, em data a ser definida em comum acordo entre o CONTRATANTE e a CONTRATADA.

CAPÍTULO XI. DEMAIS INFORMAÇÕES ACERCA DA CONTRATAÇÃO EXIGIDAS PELA RESOLUÇÃO N.º 182/2013 – CNJ (ART. 18, § 3º, INCISO II)

1. O presente Termo de Referência tem por objeto determinar as condições que disciplinarão a contratação de empresa especializada para prestação de serviços contínuos de suporte e de manutenções preventiva (periódica) e corretiva dos equipamentos que compõem a solução do Datacenter Container do TRE-MS (ar-condicionado, nobreaks, geradores, racks etc), em regime de 24h por dia, 7 dias por semana e 365 dias por ano, com fornecimento de peças para reposição e quaisquer outros insumos necessários.

A) MOTIVAÇÃO DA CONTRATAÇÃO:

Sem uma empresa para realizar essa atividade, a CITIS não tem como manter o datacenter container, visto que ao estragar um equipamento, não temos fornecedor para envio rápido do equipamento para substituição. Teríamos que comprar o equipamento, contratar uma empresa para fazer a substituição e teste da funcionalidade. Ou seja, a disponibilidade do datacenter container ficaria prejudicada, levando a parada dos serviços por tempo prolongado.

Para manter a disponibilidade dos serviços de TI hospedados no datacenter container.

B) OBJETIVOS A SEREM ALCANÇADOS:

Manter a disponibilidade dos serviços de TI hospedados no datacenter container.

C) BENEFÍCIOS A SEREM ALCANÇADOS:

Manter a disponibilidade dos sistemas e subsistemas do Datacenter Container;

Agir proativamente conforme apontamentos do monitoramento;

D) ALINHAMENTO DA SOLUÇÃO:

A solução escolhida atende às necessidades de negócio quando contribui no alcance do objetivo estratégico "Fortalecimento da Estratégia Nacional de TIC e de Proteção de Dados", constante do PEI do TRE-MS. E, atende às necessidades de TI quando contribui para melhorar o objetivo estratégico "Promover Serviços de Infraestrutura e Soluções Corporativas" e o indicador "KR1- 8.1 - Disponibilidade de serviços essenciais de TIC", constantes do PDTIC do TRE-MS.

E) Os estudos preliminares que nortearam a presente contratação encontram-se no Processo SEI 0002793-57.2022.6.12.8000.

F) RELAÇÃO ENTRE A DEMANDA PREVISTA E A SER CONTRATADA:

A demanda prevista é a contratação da manutenção do Datacenter Container por mais 12 meses. A demanda a ser contratada é a mesma.

G) SOLUÇÕES DISPONÍVEIS NO MERCADO:

O TRE-MS adquiriu em 2017 a solução de Datacenter Container com todos os requisitos de segurança e disponibilidade para acomodar os equipamentos do CPD. A garantia vence no final de 2022. Com o vencimento da garantia, temos as seguintes soluções de mercado:

- Solução de manutenção de Datacenter

Considerando que a compra de um novo datacenter container é inviável e que o fornecedor da solução não consegue se comprometer a entregar as peças dos equipamentos da solução do datacenter container, conforme consulta informal realizada em início de 2022, resta recorrer ao mercado onde há empresas que realizam esse tipo de serviço. Tornando-se a única solução viável para a contratação.

H) O objeto do certame enquadra-se como Serviços, tendo como elemento de despesa: Elementos de Despesa: 33.90.39 – OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS – PESSOA JURÍDICA.

I) Trata-se de item único, não se mostrando viável o seu parcelamento.

J) Trata-se de aquisição de contratação de serviços Comuns de Tecnologia da Informação, se submetendo à resolução CNJ 182/2013.

A contratação se dará na modalidade de Pregão, nos termos da Lei 10.520/2002, uma vez que os materiais licitados podem ser enquadrados como bens comuns, nos termos do inciso II do art. 3º do Decreto nº 10.024/2019.

Art. 3º Para fins do disposto neste Decreto, considera-se:

...

II - bens e serviços comuns - bens cujos padrões de desempenho e qualidade possam ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações reconhecidas e usuais do mercado;

Em virtude da disposição contida no §1º do art. 1º do Decreto nº 10.024/2019, a licitação se dará na modalidade eletrônica:

Art. 1º Este Decreto regulamenta a licitação, na modalidade de pregão, na forma eletrônica, para a aquisição de bens e a contratação de serviços comuns, incluídos os serviços comuns de engenharia, e dispõe sobre o uso da dispensa eletrônica, no âmbito da administração pública federal.

§ 1º A utilização da modalidade de pregão, na forma eletrônica, pelos órgãos da administração pública federal direta, pelas autarquias, pelas fundações e pelos fundos especiais é obrigatória.

Trata-se de aquisição imediata e não registro de preços.

K) A empresa fornecedora da solução, deverá cumprir, no que for cabível, as determinações da Resolução CNJ 201/2015, relativas a práticas de sustentabilidade.

A CONTRATADA deverá adotar as seguintes práticas de sustentabilidade na execução dos serviços, quando couber:

Que os bens sejam constituídos, no todo ou em parte, por material reciclado, atóxico, biodegradável, conforme ABNT NBR – 15448-1 e 15448-2;

Que sejam observados os requisitos ambientais para a obtenção de certificação do Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial – INMETRO como produtos sustentáveis ou de menor impacto ambiental em relação aos seus similares;

Que os bens devam ser preferencialmente, acondicionados em embalagem individual adequada, com o menor volume possível, que utilize materiais recicláveis, de forma a garantir a máxima proteção durante o transporte e o armazenamento;

Que os bens não contenham substâncias perigosas em concentração acima da recomendada na diretiva ROHS (Restriction of Certain Hazardous Substances), tais como mercúrio (Hg), chumbo (Pb), cromo hexavalente (Cr(VI)), cádmio (Cd), bifenilpolibromados (PBBs), éteres difenil-polibromados (PBDES);

Que sejam utilizados produtos de limpeza e conservação de superfícies e objetos inanimados que obedeçam às classificações e especificações determinadas pela ANVISA;

Realize a separação dos resíduos recicláveis descartados pelos órgãos e entidades da Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional, na fonte geradora, e a sua destinação às associações e cooperativas dos catadores de materiais recicláveis, que será procedida pela coleta seletiva do papel para reciclagem, quando couber, nos termos da IN/MARE nº 6, de 3 de novembro de 1995 e do Decreto nº 5.940, de 25 de outubro de 2006;

Respeite as Normas Brasileiras - NBR publicadas pela Associação Brasileira de Normas Técnicas sobre resíduos sólidos; e preveja a destinação ambiental adequada das pilhas e baterias usadas ou inservíveis, segundo disposto na Resolução CONAMA nº 257, de 30 de junho de 1999.

M) As obrigações contratuais, os papéis a serem desempenhados por cada envolvido na contratação e a dinâmica do fornecimento estão descritos nos Capítulos III, IV, V, VI, VII, VIII, IX e X.

DA TRANSFERÊNCIA DE CONHECIMENTO E DEPENDÊNCIA TÉCNICA: O TRE-MS possuirá independência tecnológica de operacionalização (haverá documentação de toda a solução e repasse de conhecimento). Mas, no caso de uma descontinuidade do fornecimento, podemos ter problemas com a disponibilidade do Datacenter Container, podendo deixar algumas ou todas as aplicações fora do ar.

Nesta contratação serão adotados os modelos (templates) já utilizados por este Tribunal, no presente caso citamos a minuta do modelo de identificação complementar do licitante.

EQUIPE DE PLANEJAMENTO DA CONTRATAÇÃO

MARCELO DA SILVA NOVAES

Integrante Demandante

ULYSSES PEREIRA DE ALMEIDA NETO

Integrante Técnico

ÉRIKA MURAKAMI DUARTE DA ROSA

Integrante Administrativa



Documento assinado eletronicamente por ÉRIKA MURACKAMI DUARTE DA ROSA, Técnico Judiciário, em 25/11/2022, às 09:54, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://sei.app.tre-ms.jus.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **1357109** e o código CRC **10EEDFB7**.